

XII Jornadas Interescuelas/Departamentos de Historia. Departamento de Historia, Facultad de Humanidades y Centro Regional Universitario Bariloche. Universidad Nacional del Comahue, San Carlos de Bariloche, 2009.

As instruções de Andrés de Rada: controle das práticas letradas nas reduções do Paraguai.

Neumann, Eduardo.

Cita:

Neumann, Eduardo (2009). *As instruções de Andrés de Rada: controle das práticas letradas nas reduções do Paraguai. XII Jornadas Interescuelas/Departamentos de Historia. Departamento de Historia, Facultad de Humanidades y Centro Regional Universitario Bariloche. Universidad Nacional del Comahue, San Carlos de Bariloche.*

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-008/663>

Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: <https://www.aacademica.org>.

As instruções de Andrés de Rada: controle das práticas letradas nas reduções do Paraguai

Eduardo Neumann

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

INTRODUÇÃO

Nas reduções do Paraguai, ao contrário do que se pensa geralmente, os índios sabiam escrever. Em guarani, espanhol e mesmo latim. A elite letrada indígena escreveu com frequência e, por vezes, com maior desenvoltura do que os colonizadores hispano-americanos. Por certo, a capacidade alfabética foi o resultado das modalidades de evangelização praticadas pelos missionários junto às populações de guaranis na Província Jesuítica do Paraguai fato que permitem compreender a rápida difusão e a aceitação da tecnologia do escrito entre os indígenas dessas reduções. A aquisição da escrita por parte dos guaranis deve ser dimensionada a partir do impacto da “razão gráfica”, dos efeitos da “domesticação do pensamento selvagem”¹ em uma sociedade outrora calcada exclusivamente no uso da palavra, da oratória.

Sabemos que ao chegarem as terras paraguaias, os jesuítas já dispunham de alguns instrumentos para consulta, como o gramática de José de Anchieta,² elaborada para a “língua mais usada na costa do Brasil”, o tupi, e o catecismo elaborado em guarani pelo franciscano Luis Bolaños. Essas obras foram o ponto de partida para outros empreendimentos, como, por exemplo, os trabalhos de redução gramatical do idioma guarani de Antonio Ruiz de Montoya.³

De fato, a possibilidade de uma conquista espiritual, nos termos referidos por Montoya, estava na estrita dependência de uma transliteração do idioma Guarani à escrita, condição *sine quo non* para a construção de categorias que inexistiam no léxico indígena. A escrita estava presente em todas as estratégias catequizadoras, fato que facultou aos guaranis a conquista do alfabeto. A destreza manifesta por eles na prática da escrita, inclusive, lhes permitiu elaborar obras de caráter devocional⁴ – livros, na sua maioria com finalidade litúrgica ou catequética –, participando diretamente na elaboração de vocabulários, catecismos e gramáticas.

Contudo, mesmo diante relevância apresentada pela escrita, desde os momentos iniciais dos

¹ . GOODY, Jack . *A domesticação do pensamento selvagem*. Lisboa: Editorial Presença, 1988.

² . ANCHIETA, José de. *Arte de Grammatica da Lingoa mais usada na costa do Brasil*. Coimbra: Antonio de Mariz, 1595.

³ . MONTOYA, Antonio Ruiz de. *Arte y vocabulario de la lengua Guarani*. Madrid: Juan Sanchez, 1640.

⁴ . No século XVII, segundo uma das fontes da época, os Guarani já estavam exercitando sua instrução alfabética. Por meio do jesuíta Francisco Jarque, que compilou informações de outros religiosos, somos informados que um cacique da redução de Loreto compôs “*platicas y sermones en su lengua*” e, uma vez concluída a redação dos sermões, ofereceu aos padres seus textos (JARQUE, Francisco. *Insignes misioneros de la Compañia de Jesús en la Provincia del Paraguay*. Pamplona: Joan Micoan, 1687, p. 361).

trabalhos de evangelização, como parte das estratégias de catequese, não há estudos que analisem as apropriações, os usos inventivos efetuados pelos indígenas diante do aprendizado das letras.⁵ Assim, muito há de ser feito ainda no campo de história, no que diz respeito a análise do impacto ocasionado pela introdução da escrita entre os guaranis missioneiros.

ELITE INDÍGENA E ALFABETIZAÇÃO NAS REDUÇÕES

A organização social estabelecida nas reduções foi, evidentemente, tributária da civilização do escrito, reproduzindo práticas que começaram a se configurar durante o Renascimento europeu.⁶ A difusão das verdades cristãs, através da palavra escrita, foi feita, assim, nas superfícies planas do interior das igrejas, como espaço privilegiado para disseminar os valores do cristianismo. A missa permitia conjugar a comunicação oralizada com a escrita, familiarizando o auditório indígena com as novas formas de registro.

A cooptação dos *índios principais* à sociedade colonial, visando sua integração e assimilação aos valores do mundo hispânico, foi operacionalizada através da catequese, associada, por sua vez, à instrução alfabética.⁷ Essa estratégia educadora mostrou-se um instrumento eficaz tanto na formação de lideranças ameríndias quanto na interiorização das hierarquias do corpo místico imperial, adequadas às sociedades indígenas que as reproduziam. Assim, o tratamento a ser dispensado à nobreza indígena, em diferentes períodos, sempre foi tema presente na legislação colonial hispano-americana.

Com o estabelecimento da Província Jesuítica do Paraguai, os missionários iniciaram a instrução dos guaranis por eles aldeados. Na carta ânua de 1610, um religioso mencionou que já estava funcionando na redução recém-instalada de Santo Inácio Mini uma escola em que as crianças compareciam todos os dias “*mañana y tarde, a leer y escribir, acudiendo con mucho fervor, y así se ve el fruto, porque saben algunos leer y escribir*”.⁸

A catequese das populações ameríndias, além de implicar a colonização da linguagem, estava calcada na escrita de gramáticas em língua nativa, por meio de uma política lingüística agressiva

⁵ . A apropriação deve ser concebida no sentido de uma pluralidade de usos, da multiplicidade de interpretações e da diversidade de compreensões dos textos. CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*: 1. Artes do fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.

⁶ . BOUZA, Fernando. *Del escribano a la biblioteca*: la civilización escrita en la Alta Edad Média (siglos XV-XVII). Madrid: Síntesis, 1992;----. *Corre Manuscrito*: una historia cultural del Siglo de Oro. Madrid: Marcial Pons, 2001;PETRUCCI, Armando. *Alfabetismo, escritura, sociedad*. Prólogo de Roger Chartier y Jean Hébran. Barcelona: Gedisa, 1999;----. *La ciencia de la escritura*: primera lección de paleografía. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2002; CASTILLO GÓMEZ, Antonio (org.). *Escribir y leer en el siglo de Cervantes*. Barcelona: Gedisa, 1999; ----. *Entre la pluma y la pared* : una historia social de la escrita en los Siglos de Oro. Madrid: Akal, 2006. .

⁷ . Segundo Pilar Gonzalbo, a instrução “[...] se convirtió en instrumento insustituible de coacción pacífica en manos de los conquistadores; por otra parte, para los indios representó el vehículo que les permitió el acceso a la comprensión del nuevo orden” (GONZALBO AIZPURU, Pilar. *Historia de la educación en la época colonial*: el mundo indígena. México: El Colégio de México, Centro de Estudios Históricos, 2000, p. 19).

⁸ . Apud MASSARE DE KOSTIANOVSKY, Olinda. La enseñanza en las reducciones. In: JORNADAS INTERNACIONALES MISIONES JESUÍTICAS, 5., 1994, Montevideo. *Anales...* Montevideo: [s.n.], 1994, p. 115.

que norteou o ensino promovido entre os indígenas nos seus respectivos idiomas. Os jesuítas procuraram concentrar suas atenções na formação de uma elite, como fica evidente nas tentativas de cooptação dos caciques e de seus descendentes diretos. Portanto, a alfabetização praticada nas reduções, mesmo restrita a uma elite, promovia sociabilidades inéditas, permitindo novos modos de relação com os outros e os poderes. Os guaranis que receberam instrução escolar apresentavam às condições para fixar os acontecimentos através da escrita, expressando um pensamento que já não era mais exclusivamente indígena, mas fruto dessa ocidentalização.⁹ Por certo, os indígenas que possuíam a sua disposição atas, cartas, papéis escritos estavam mais aptos a elaborar uma concepção do passado orientado a partir de informações escritas, estabelecendo relações entre diferentes períodos.

O fato é que a identificação de um *corpus* documental escrito por guaranis sinaliza uma discussão pouco referida pela historiografia: a da existência de textos produzidos pelos próprios indígenas durante a vida em redução. As interpretações históricas pautadas pela perspectiva da história social da cultura escrita, de eminente vocação interdisciplinar, têm-se privilegiado a análise dos usos, funções e práticas relacionadas com o escrito. Os procedimentos metodológicos em questão têm fornecido algumas pistas e subsídios importantes para investigar os materiais escritos e desvendar os significados subjacentes à expressão gráfica. A prioridade é conhecer as distintas intenções que nortearam o ato de escrever e as suas relações com o poder.

Nesse contexto, a escrita é concebida como um conjunto de práticas que podem contribuir para melhor compreender as mudanças e transformações sócio-culturais operadas em uma determinada sociedade. Conforme observou Michel de Certeau, o recurso à escrita era uma prática mítica “moderna”.¹⁰ Assim, em determinadas ocasiões, os guaranis alfabetizados manejaram com desenvoltura tal tecnologia. A inserção da elite missioneira em algumas rotinas administrativas do mundo colonial ampliava as suas possibilidades de contato e interação com a sociedade rio-platense. O conjunto de habilidades requeridas no provimento dos cabildos missioneiros - modalidade de conselhos composto por indígenas - facultava a uma fração da população missioneira, letrada ou não, contato com as práticas burocráticas da monarquia espanhola.

Por certo, os jesuítas investiram em uma pedagogia amparada na difusão da capacidade de leitura, e não obrigatoriamente na capacidade de escrita, procurando, dessa maneira, limitar e controlar usos indesejados à alfabetização. Contudo, segundo Armando Petrucci, “a escrita é uma capacidade individual e totalmente livre, que pode ser exercida de qualquer maneira, em qualquer lugar, e para produzir o que se quer, estando além de qualquer controle e, em última análise, de

⁹ . Ao tratar do México colonial, Gruzinski demonstra como os índios reproduziram o imaginário ocidental conferindo uma nova dimensão a partir do processo mimético. E tanto a leitura e a escrita, como a música, e as demais expressões gráficas, prestavam-se às adaptações e à interpretação inventiva indígena (GRUZINSKI, Serge. *O pensamento mestiço*. São Paulo: Companhia das letras, 2001, p. 93-110).

¹⁰ . CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*: 1. Artes do fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.

qualquer censura”.¹¹ Convém recordar que tanto a leitura quanto a escrita pretendidas nas reduções deveriam estar restritas a um cânone específico, no caso o religioso. Porém, na história das reduções guaranis administradas pelos jesuítas, houve diferentes períodos de uso da escrita pelos indígenas, como podemos observar em algumas informações contidas nas cartas ânuas e, de maneira indireta, nas instruções dos padres provinciais.

Em certas crônicas elaborados com escopo edificante, os jesuítas eventualmente registraram episódios nos quais a escrita foi um recurso acionado pelos indígenas como forma de comunicação pessoal ou manifestação de devoção ou contrição. Um exemplo desse uso autônomo da escrita pelos guaranis, fora de qualquer controle eclesiástico, pode ser verificado no caso que comento a seguir.

O MOTIM DE PEDRO MBAIUGUA

Nas Cartas Ânuas figuram informações que permitem identificar momentos excepcionais, quando os guaranis recorreram à escrita. Essas cartas foram elaboradas com o objetivo manifesto de serem divulgadas a uma grande audiência, o que criou a necessidade de controlar as informações.¹² Um exemplo desse uso autônomo e sem controle da escrita pelos guaranis pode ser verificado no caso que comentado a seguir.

Em uma dessas Ânuas, escrita no ano de 1661, foi registrada uma contestação de cunho político ocorrida na redução de São Carlos. De fato, são escassas as referências a situações de usos autônomos da escrita pelos guaranis no século XVII. O protagonismo desse episódio coube a Pedro Mbaiugua, filho do capitão Belisario, “*primero y principal*” dessa redução, portanto um Guarani integrante da elite missioneira. Conforme informaram os próprios jesuítas ele foi “[...] *criado a nuestro lado y en nuestra casa, y no de poco entendimiento diestro en la musica y con mucha ladinez [...]*”.¹³ Após retornar de um período em Buenos Aires, Mbaiugua assumiu em sua redução o comando de uma sublevação contra o governo temporal dos jesuítas, utilizando a escrita, na forma de bilhetes, como modo de comunicação para informar os demais companheiros. A mobilização insuflada por Mbaiugua, contou com vários apoiadores, que questionava a administração dos jesuítas, alegando não reconhecerem neles autoridade, afirmando taxativamente: “*Nosotros los capitanes del Gobierno temporal del Pueblo que por eso nos hizo el Rey Capitanes y nos lo encargó.*”¹⁴

¹¹ . PETRUCCI, Armando. Ler por ler: um futuro para a leitura. In: CAVALLO, Guglielmo; CHARTIER Roger. *História da leitura no mundo ocidental*. São Paulo: Ática, 1999b. v. 2, p. 207.

¹² . As cartas Ânuas são relatos que compilam dados e ordenam o material dos missionários sobre assuntos relativos às reduções. Por vezes são transcrições integrais ou parciais dos informes recebidos. Essas cartas, após serem redigidas, passavam pelo crivo de um censor de estilo, e depois eram encaminhadas aos consultores de província, que as avaliavam quanto à perfeição e precisão da resenha a ser divulgada.

¹³ . *MANUSCRITOS da Coleção de Angelis*: Tomo IV: jesuítas e bandeirantes no Uruguai (1611-1758). Introdução e notas: Helio Vioana. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1970, p. 177.

¹⁴ . *MANUSCRITOS da Coleção de Angelis*, 1970, p. 178.

Não sabemos se foi por conta própria ou estimulado por críticas a atuação do missionários, quando esteve em Buenos Aires, que ele rompeu com os jesuítas, inclusive, voltando-se contra eles. A atitude manifesta por Mbaiugua, ao que tudo indica, decorreu do contato que manteve com as autoridades coloniais na cidade-porto, segundo a narrativa do provincial, e provocou um grande abalo na aliança política dos caciques com os jesuítas, repercutindo inclusive em outras reduções. De fato, a vida em redução esteve marcada por uma negociação constante entre os jesuítas e as lideranças indígenas.¹⁵ Todos os indícios sugerem que os padres, sempre que possível, monopolizavam o papel de mediadores entre a população missioneira e a sociedade colonial, controlando as manifestações letradas indígenas que não fossem aquelas avalizadas pelos jesuítas.¹⁶

Em certos momentos, os índios tentaram arbitrar em temas relativos ao “gobierno temporal”, conflitando com a autoridade dos missionários. Sabemos que Pedro Mbaiugua manteve por algum tempo o seu *capitanejo* sem ceder às ordens, nem mesmo às recomendações do padre superior. Em uma contestação, feita por um dos apoiadores de Mbaiugua, eles alertavam os padres, dizendo “[...] *que los mandamientos de la ley de Dios no mandava aquello, ni se hallava en ellos (frase entre ellos muy repetida) como el dezir no era pecado no hazer aquello que el P. les mandava, pues no estava en los mandamientos de la ley de Dios*”.¹⁷

Esta Ânua ainda informa que “[...] *de alli a algunos dias se descubriero villetes suyos que embiava a los de su pueblo, repreendiendoles de nuevo porque obedezian a los padres y no se les hazian fuertes [...]*”.¹⁸ Nessa ocasião, Mbaiugua buscava ampliar sua capacidade de mobilização e de intimidação, fazendo uso de um recurso que julgava eficaz no contexto de reivindicação política.

Nesse episódio a escrita atuou como instrumento de apoio à mobilização indígena, corroborando a liderança desse cacique. O envio dos bilhetes comprova também que, em determinados momentos, os guaranis apropriavam-se dos códigos do próprio colonizador para atender às suas demandas, sendo a remessa de bilhetes um momento revelador das suas formas de atuação. Tal contestação ao governo temporal dos jesuítas revela como a alfabetização entre os índios das reduções havia tomado um rumo inesperado. O conteúdo desses bilhetes sinaliza um período de autonomia indígena, relegando aos padres apenas as tarefas concernentes ao governo espiritual, nesse momento, o governo temporal passava a ser uma prerrogativa das lideranças guaranis.¹⁹

Enfim, ao extrapolaram os usos considerados aceitáveis da escrita, a escrita dos guaranis

¹⁵ . AVELLANEDA, Mercedes. Orígenes de la alianza jesuita-guaraní y su consolidación en el siglo XVII. *Memoria Americana: Cuadernos de Etnohistoria*, Buenos Aires: Instituto de Ciencias Antropológicas, Facultad de Filosofía y Letras, UBA, n. 8, p. 173-202, 1999, 173-200.

¹⁶ . Os jesuítas limitaram (...) através do sistema educacional, qualquer forma de iniciativa que levasse a um desenvolvimento pessoal autônomo, por parte do Guarani. O sistema educacional das reduções não visava transformar os índios em seres independentes (...). GADELHA, 1988, 79.

¹⁷ . MANUSCRITOS da Coleção de Angelis, 1970, p. 179.

¹⁸ . MANUSCRITOS da Coleção de Angelis, 1970, p. 181.

¹⁹ . WILDE, Guillermo. *Antropología histórica del liderazgo Guarani misionero (1750-1850)* . Tese (Doctorado)- Facultad de Filosofía yLetras, Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires, 2003.

despertou preocupação entre as autoridades eclesiásticas da Companhia de Jesus. Fato que motivou a adoção de medidas mais rigorosas para o controle e exercício de suas próprias práticas letradas. Nessa época houve instruções e recomendações que visam restringir o acesso dos índios à correspondência dos jesuítas.

A PRÁTICA DA DELEGAÇÃO NAS REDUÇÕES

A delegação da leitura e da escrita está associada às necessidades e aos usos que os guaranis manifestaram diante das práticas letradas nas reduções. Por certo que a leitura e a escrita são procedimentos muito presentes nas atividades cotidianas atualmente. Contudo, no mundo colonial tais modalidades de transmissão e circulação de informações nem sempre desfrutaram da mesma aceitação. Recompôr tais práticas demanda a construção de uma tipologia da delegação, estabelecida a partir de uma correlação com as modalidades de usos do escrito nas reduções. Ou seja, explorar as maneiras de ler que já não ocorrem mais, resgatando-se as “atitudes antigas”, em que as apropriações da leitura escapam às previsões e expectativas do entendimento estrito do texto, privilegiando, dessa forma, uma arqueologia das práticas desaparecidas. Como observaram João Hansen e Marta Carvalho, a categoria de apropriação apresenta especial interesse em estudos voltados para as práticas letradas anteriores ao século XVIII iluminista, que chegaram à posteridade na forma de resíduo arquivístico.²⁰ A própria habilidade individual de decifrar caracteres grafados relaciona-se às práticas de alfabetização de que as ordens missionárias lançavam mão, no século XVII, no âmbito de suas estratégias de catequese. Segundo João Hansen, o que importava nessas estratégias era expandir um uso da leitura (e só da leitura). Estimulando a habilidade de decodificação dos símbolos escritos, de modo a facultar o reconhecimento de um texto já conhecido, quando não já decorado, por memória de leituras em voz alta, realizadas por leitores devidamente autorizados a fazê-las em cerimônias religiosas ou em sala de aula. A leitura desempenhava, dessa maneira, o papel de auxílio mnemônico em práticas de recitação.

Por sua vez, quando houve a necessidade de algum Guarani escrever um documento, sem ter a habilidade, recorria ao trabalho de um indivíduo alfabetizado que atuava como delegado, escrevendo pelos demais.²¹ Nas reduções, geralmente, esta função podia ser realizada pelo *quatiapohara*, quando os cabildos apresentavam sua formação completa, ou era atribuída ao *maestro de escuela*.

Através de uma declaração prestada pelo corregedor da redução de São Francisco Xavier, Tomas Potira, verificamos o expediente da delegação da escrita por parte de índios principais, o que

²⁰ . HANSEN, João Adolfo; CARVALHO, Marta M. C. Modelos culturais e representação: uma leitura de Roger Chartier. *Varia História*, Belo Horizonte, v. 16, p. 7-24, set. 1996 (p. 22).

²¹ . A “delegação da escrita” é um conceito desenvolvido por Armando Petrucci, e refere-se a um fenômeno muito difundido, principalmente em sociedades imperfeitamente alfabetizadas. Ver: PETRUCCI, Armando. *Alfabetismo, escritura, sociedad*. Prólogo de Roger Chartier y Jean Hébran. Barcelona: Gedisa, 1999, p. 105-116.

demonstra a heterogeneidade cultural dessa elite missioneira no século XVII. Em outubro de 1699, no final de sua declaração, o corregedor Potira informou que “[...] *por no saber escribir pedi al maestro de escuela desta Doctrina llamado Juan Pai [...] hiziesse en mi nombre como lo hizo. D. Thomas Potira*”.²² O fato de o corregedor ter delegado a escrita ao maestro de escola, ao que tudo indica, foi em função de afinidades, pois optou por alguém com quem possuía maiores contatos para ser o mediador entre a sua voz e a escrita. Por outro lado, os documentos consultados não indicam a prática da delegação da escrita, concebida nesses termos, por parte dos secretários.

A elite indígena letrada nas reduções foi preparada pelos missionários, então, para manter contatos com a sociedade colonial. No entanto, apesar de alguns índios chegarem a falar e mesmo a ler em espanhol, a difusão da escrita nessa língua era bastante limitada.²³ O aprendizado do espanhol, assim como o do latim, por alguns Guarani, constituía-se em exceção. Sem grande profundidade, o ensino dessas línguas visava instrumentalizar os catecúmenos para a leitura de recitação. O testemunho do missioneiro Antonio Sepp não deixa dúvidas sobre a questão:

*Nuestros jóvenes aprenden solamente a leer y escribir textos en lengua castellana o latina, no para que lleguen a hablar o entender el castellano o el latín, sino para que sepan cantar en coro canciones en estos idiomas y para que los niños que nos sierven puedan leernos lecturas españolas o latinas en alta voz, durante las comidas en el refectorio.*²⁴

Porém, tal fato não impedia o uso dessa habilidade para outras finalidades, visto que os índios inventavam novas funções para os modelos culturais compartilhados. Nas sociedades hegemônicas pelos recursos da oralidade, o grau de familiaridade com a escrita nunca foi constante. Na realidade, os indivíduos apresentam níveis diferentes de domínio da prática de escrita. Sem dúvida, foram os guaranis iniciados nas “artes y ofícios” os que receberam a maior instrução letrada, uma vez que entre estes figurava o secretário do cabildo, sujeito responsável pela redação dos acordos e despachos, principal leitor dos documentos recebidos, e repassador das ordens enviadas às reduções. Outros indígenas também apresentavam aptidão para a escrita, como os corregedores, administradores, alcaides, *maestros de capilla* e certos caciques. Assim, nas ocasiões em que os índios missionários manifestaram a sua opinião a respeito da demarcação de limites, escreveram na sua língua cartas às autoridades.²⁵ Os inúmeros textos escritos no século XVIII, pelos próprios Guarani, a partir das regras gramaticais estabelecidas pelos evangelizadores, conferiu

²² . MANUSCRITOS da Coleção de Angelis, 1970, p. 347-348.

²³ . “*Ensigner l’espagnol supposait une certaine forme d’elitisme ou en tout cas une adhésion au projet colonial du gouvernement d’Asunción, ce qui n’était pas dans les intentions des Jésuites*” (DUVIOLS, Jean-Paul. *Langue et évangélisation dans les missions jésuites du Paraguay*. In: BENASSY-BERLING, M.-C.; CLEMENT, J.-P.; MILHOU, A. (Ed.) *Langues et cultures en Amérique espagnole coloniale*. Paris: Presses Sorbonne Nouvelle, 1993, p. 277).

²⁴ . SEPP, Antonio. *Jardín de flores paracuário*. Buenos Aires: EUDEBA, 1974, p. 196.

²⁵ . Archivo General de Simancas, Valladolid (A.G.S.): Secretaria de Estado, Legajo 7426, folio 60 [carta do cabildo e do corregedor de São João, Miguel Guaycho, ano de 1752]; ou as famosas sete cartas escritas em julho de 1753: Archivo Histórico Nacional, Madrid (A.H.N.): Sección Clero-Jesuitas. Legajo 120, Caja 1, Doc. 31, 32, 33, 34, 36,3 7, 38 [cartas em guarani, com tradução].

ao idioma compartilhado nas reduções um *status* diferenciado em relação ao guarani falado nas demais regiões do Paraguai e, principalmente, das formas dialetais dos grupos que permaneceram nas matas.

Por sua vez, quando os governadores enviavam alguma correspondência às reduções, sempre o faziam em espanhol, mas tomando o cuidado de solicitar que esta fosse vertida à língua nativa em questão. O cuidado em providenciar uma cópia em língua indígena, além de indicar o público-alvo desses documentos, confirma a urgência da medida e, principalmente, a preocupação em se fazer entender. Depois de traduzido ao guarani, o conteúdo da carta era divulgado através da leitura em voz alta na praça maior de cada redução, pelo respectivo secretário. O comissário Altamirano sempre mencionou essa particularidade do contato *in scriptis* com os índios, informando o cuidado de

*[...] enviar a las Misiones copias de las tres cartas del Rey, para que traducidas en lengua Guarani, se lean primeramente en publico, y despúes los Curas las entreguen à los Indios principales de todos los pueblos, para que à sus solas, y de espacio las lean.*²⁶

Através dessa recomendação conhecemos alguns procedimentos que regiam a leitura de ordens oficiais nas reduções. Nesse aspecto, a delegação da leitura atendia às necessidades práticas da administração reducional e, sobretudo, definia vínculos entre os jesuítas e os dirigentes indígenas.

A INTERDIÇÃO DE ANDRÉS DE RADA

A trajetória de Andrés de Rada²⁷ – que primeiro esteve na Nova Espanha, arbitrando os desentendimentos dos jesuítas com Palafox, e depois sua atuação no vice-reinado do Peru – facultaram-lhe uma experiência importante para a adoção de medidas objetivas para melhorar a administração da província jesuítica do Paraguai. Entre tais medidas figurava um maior rigor sobre a *ars epistolandi*, a sua modalidade principal de comunicação, ação e registro.

Andrés de Rada foi designado para realizar uma investigação na província Paraguai, devido às acusações de que a Companhia de Jesus não cumpria as determinações das autoridades, tanto eclesiásticas como civis. Provavelmente Andrés de Rada estava ciente dos episódio envolvendo Mbaiugua, fato recente à época. Quando ele iniciou a reorganização dessa província, emitiu ordens expressas visando restringir o acesso de pessoas alheias a Companhia de Jesus aos textos escritos pelos padres. Em uma das suas instruções, ele alertava “[...] *no escrivan villetes, ni cartas algunas*

²⁶ . A.G.S.: Secretaria de Estado, Legajo 7381 Doc. 29: Carta de Altamirano a Joseph de Carvajal y Lancaster. Buenos Ayres, y julio 22 de 1753.

²⁷ . Andrés de Rada era espanhol, natural de Belmonte (1601). Desempenhou o cargo de provincial no México, e reorganizou a Província do Paraguai, da qual foi primeiro visitador (1663/1664) e depois provincial (1665/1669). Faleceu em Madri (1675); “[...] *que al primer año, que empezo la visita el Padre Rada, ó poco después, recibidas ya las Bulas, se consagro en el Peru, por obispo del Paraguay, cuya diócesis governo concurriendo con el Padre Andres de Rada, que estuvo gobernando sus años enteros a los suyos, parte como Visitador, y el resto, como Provincial [...] se embarco en Buenos Aires el año de 1670 por orden de su reverendissimo General, (...)*” (JARQUE, Francisco. Op. Cit, 1687, p. 256).

a los de dentro o a los de fuera sin licencia del Pe. Procurador o por lo menos sin remeirlas abiertas [...]”.²⁸ Esta orientação procura evitar leituras indesejadas, e controlar os usos do material escrito, além de sinalizar para a dimensão que transmissão escrita de informações havia assumido na administração interna.

Os guaranis, ao extrapolarem os usos considerados aceitáveis a escrita, despertaram a preocupação entre as autoridades eclesiásticas da Companhia de Jesus, que passaram a criar modos mais rigorosos para o controle do exercício de suas próprias práticas letradas. Na década de 60 do século XVII, houve instruções e recomendações visando restringir o acesso dos índios à correspondência dos jesuítas. Uma amostra desse cuidado com a informação disponível aos guaranis está registrada no final de uma extensa carta de Rada. Em abril de 1664, ao formular as novas instruções que deveriam pautar a conduta e os procedimentos dos missionários, Rada recomendou diretrizes que deveriam ser copiadas e distribuídas entre todos missionários, alertando:

*Esta carta pasara por todas las Doctrinas del Uruguay, y se copiara en cada una, y se me avisara del recivo poniendose el viose Ordinario con la firma del P.e de aquella Doctrina en el Original que ha de bolver a manos del P.º secretario como lo dexo Encargado al P.e Superior. La diligencia en hacer las Copias (**mas no por manos de Indios que no conviene**) y de remitir en breve este original para que pase a las siguientes Doctrinas en cargo a V. Rs Guarde N. Sr a V. Rs en cuyos S.tos Sacrificios , ett.a. (grifo nosso).²⁹*

Por certo, havia sérias restrições ao acesso dos índios às informações referentes ao gerenciamento interno da Companhia de Jesus, posto que encarregar um indígena de copiar tais ordens lhe facultaria tanto a prática da leitura bem como da escrita. De toda forma, a recomendação de Rada, além de confirmar a existência nas reduções do serviço de copistas guaranis, também demonstra como a execução dessa atividade “*por manos de indios*” poderia comprometer o sigilo dessas instruções. Havia um cuidado no que se divulgava e como era divulgado.

Passados alguns anos, o próprio Rada voltou a tratar desse tema, agora na condição de provincial. Em 1667, de maneira enfática, alertava para que não se permitisse aos índios o acesso ao material escrito dos padres, como ficou registrado na seguinte ordem:

No se permita que los Indios lean nuestras Reglas en romance quando se leen en el Refitorio, se no en latin, ni que vean nuestras Ordenes o instrucciones, o cartas de los Sup^{es}. porque se eviten algunos inconvenientes, ni que entren en nuestros aposentos estando el P. ausente, para que se escuse que anden nuestros Libros en manos de Indios y falten otras cosas de los aposentos, de que lean las cartas y papeles que el P. dexa en la mesa, y pasen las noticias a los demas Indios, todo lo qual ya se ve de quan gran inconveniente sea.³⁰

²⁸ . Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro (B.N/R.J):. Coleção de Angelis. Manuscritos 508 (19) Ânuas. Doc. num: 414. Libro de ordenes del Noviciado de Cordoba. Libro de la Hacienda del Noviciado y Estancia de As Catalina, que mando hacer el Pe Andrés de Rada, visitador. Año 1664.

²⁹ . Biblioteca Nacional, Madrid (B. N /M): Sala Cervantes. Manuscritos. Cartas de los P. P Generales. Carta del padre Visitador y Provincial Andres de Rada de 13 de Abril de 1664. Signatura 6976, p. 22/36.

³⁰ . B.N/M: Sala Cervantes. Manuscritos. Carta comum de su R. del P. Provincial para todos los P.P de estas Reduccionen del Paraguay y Uruguay. Su fecha 19 de diciembre de 1667. Signatura 6976, p. 48.

A preocupação do provincial dizia respeito à divulgação de “*nuestras reglas*”, e temendo a reação da população missioneira diante da circulação de informações dessa natureza. Assim, diante da necessidade de novas medidas para o gerenciamento das reduções, os jesuítas optaram pelo controle epistolar.³¹ Nesse contexto, conforme destacou Lienhard, “*Si la alfabetización misionera alcanza posiblemente, en esta área, un mayor porcentaje de la población que en México (para no hablar de las áreas menos privilegiadas), el control misionero sobre la cultura literaria es mucho más estricto*”.³²

De fato, a leitura dos ameríndios fora motivo de especial preocupação, principalmente quando se estabeleceu na América (nos vice-reinados de Nova Espanha e Peru) o Tribunal do Santo Ofício.³³ Os jesuítas acima de tudo temiam a perda do monopólio do conhecimento, da mediação entre os leitores e a palavra divina, e conseqüentemente, do controle dos indígenas reduzidos. O espírito humanista dos primeiros evangelizadores foi substituído por uma atitude vigilante da ortodoxia.

Sabemos que nas reduções, por exemplo, a leitura em voz alta de documentos alterava o cotidiano dos guaranis, pois estes momentos estavam caracterizados por uma grande expectativa entre os indígenas. Motivo pelo qual a leitura não autorizada de cartas ou papéis era infração gravíssima, visto que o simples repasse dessas informações aos demais poderia, no entendimento dos jesuítas, dar margem a dúvidas e confusões, exaltando os ânimos dos guaranis. Avaliavam que a recepção dessas mensagens poderia ser fragmentada, condicionada pela apropriação auditiva de um texto ou pela própria relevância do conteúdo, gerando fortes repercussões entre a população missioneira.

Enfim, a atividade epistolar foi a verdadeira chave de todo o sistema missionário.³⁴ Quando a correspondência era manuseada pelos guaranis despertava preocupação nos jesuítas. Eles julgavam que o acesso a determinadas informações poderia comprometer a aliança estabelecida entre os missionários e a elite das reduções. Assim, no século XVII, as medidas prescritas visavam limitar o acesso aos documentos internos de cunho administrativo das reduções, para evitar entendimentos equivocados ou apropriações indesejadas diante das leituras efetuadas pelos índios missioneiros.

³¹ . B.N/RJ: Coleção de Angelis, Manuscritos 508 (19) Annuas. Documento n° 414. Libro de Ordenes del Noviciado de Cordoba. 1664. Libro de la hacienda del Noviciado de Santa Catalina, que mando hacer el Pe. Andre de Rada, visitador. Año 1664.

³² . LIENHARD, Martin. *La voz y su huella: escritura y conflicto étnico-social em América Latina (1492-1988)*. 3 ed. Rev. Aum. Lima: Horizonte, 1992, p. 70.

³³ . OSSENBACH SAUTER, Gabriela. Alfabetización y sociedad en la América de habla hispana. In: ESCOLANO BENITO, Agustín (Dir.). *Leer y escribir en España: doscientos años de alfabetización*. Madrid: Fundación Germán Sánchez Ruipérez, 1992, p. 217.

³⁴ . A correspondência jesuítica configura-se como um instrumento administrativo que (...) combinava a demanda por controle institucional da hierarquia com as interpretações prudentes dos missionários a respeito de suas experiências de campo”. EISENBERG, José. *As missões e o pensamento político moderno: encontros culturais, aventuras teóricas*. Belo Horizonte: de UFMG, 2000, p. 46-58.

